

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 952.330 - SP (2016/0185871-3)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : JOAO LUIZ DE SOUZA
AGRAVANTE : KARINA CASTANHO DE SOUZA
ADVOGADO : CLAUDINEIA JONHSSON FREITAS - SP238429
AGRAVADO : SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO
AGRAVADO : HOSPITAL SÃO CAMILO-SANTANA
ADVOGADOS : ROSELI LEME FREITAS E OUTRO(S) - SP134800
JULIANA BETTONI MENEZES DO NASCIMENTO - SP298333

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por JOAO LUIZ DE SOUZA e KARINA CASTANHO DE SOUZA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (fl. 328):

"Denúnciação da lide. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor (Súmula 469 do STJ). Pretensão de denúnciação da operadora do plano de saúde. Inadmissibilidade. Exegese do art. 88 do CDC. Precedentes. Ação anterior, já julgada, que visara à obtenção do mesmo objeto. Interesse na denúnciação ausente. Não incidência, ademais, das hipóteses do art. 70 do CPC. Tese repelida.

Cobrança. Despesas médico-hospitalares. Ação promovida pela entidade hospitalar em face do paciente e de sua responsável. Prestação de serviços incontestes. Assinatura de instrumento particular, com assunção de responsabilidade pelo pagamento das respectivas despesas. Débito impago. Fato não controvertido. Obrigação de adimplemento dos valores em cobro. Reconhecimento. Réus que já foram, inclusive, ressarcidos pela operadora de saúde. Sentença mantida. Recurso desprovido."

Nas razões do recurso especial, JOAO LUIZ DE SOUZA e KARINA CASTANHO DE SOUZA alegam, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 70, 74 e 75 do Código de Processo Civil, ao argumento, entre outros, que "(...) não faz sentido a decisão que mantém a extinção da litisdenúnciação estando diante de pode que pontua com potencial financeiro de responder à demanda, parte, portanto capaz de dar cabo ao litígio se assim condenada (...)". (conforme fl. 347)

É o relatório. Decido.

O recurso em apelo não merece prosperar.

Observa-se que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado anteriormente à entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, aplica-se ao caso o Enunciado Administrativo n.º 2 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça."*

Com efeito, os recorrentes alegaram violação aos arts. 70, 74 e 75 do CPC/1973, sustentando que, considerando a responsabilidade contratual da denunciada recorrida em arcar com o custeio das despesas médicas, bem como a economia processual e o princípio da celeridade, deveria ter sido deferida a denunciação da lide. O TJ-SP, por sua vez, soberano na análise do acervo fático-probatório, consignou ser inaplicável a denunciação da lide com fundada no art. 70 do CPC/73, ante a disposição contida no art. 88 do CDC, o qual veda a denunciação da lide nos casos de relação consumerista. Confira-se excerto do v. acórdão estadual (fls. 330-331):

"Da denunciação da lide: rejeição

De plano, a preliminar de denunciação da lide não vinga.

Primeiro, porque, em se tratando de relação de consumo (Súmula 469 do STJ), é inaplicável a denunciação da lide com fundamento no art. 70 do CPC, ante a disposição contida no art. 88 do CDC.

[...]

Fosse como fosse, ainda que admitida excepcionalmente a denunciação da lide, o chamamento da Greenline Sistema de Saúde ao processo seria inadequado ante o julgamento da causa que discutia a responsabilidade pelo pagamento das despesas medico-hospitalares ora tratadas.

Com efeito, antes mesmo da propositura da presente ação de cobrança, os recorrentes exerceram pretensão contra aquela operadora do plano de de saúde, a qual figura nesta demanda como litisdenunciada, discutido nesses autos.

De tal sorte, ante a existência de demanda visando o custeio das despesas-hospitalares em cobro, os apelantes não têm, aqui, ação contra a litisdenunciada .

De mais a mais, havendo outra ação em curso direcionada à obtenção do mesmo objeto, não subsiste nenhum interesse dos réus na denunciação da lide pretendida .

Destarte, incabível a pretendida

intervenção da operadora de saúde nestes autos." (grifou-se)

Da leitura do excerto ora transcrito, verifica-se que a Corte de origem concluiu pela impossibilidade de denunciação da lide para a operadora de saúde, tendo em vista a existência de outra ação em curso com o mesmo objeto, bem como pela vedação contida no art. 88 do CDC. Contudo, tal fundamento contido no citado artigo da legislação consumerista, autônomo e suficiente à manutenção do v. acórdão recorrido, não foi impugnado nas razões do recurso especial, convocando, na hipótese, a incidência da Súmula n. 283/STF, segunda a qual *"É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles"*. A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. ARTIGO 535 DO REVOGADO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. EXISTÊNCIA DE BENS SUFICIENTES PARA SALDAR O DÉBITO. IRRELEVÂNCIA. CONHECIMENTO DE OFÍCIO DE CAUSA DE PEDIR. INDICAÇÃO. SÚMULA N. 284 DO STF. ARTIGO 28 DO CDC. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 283 DO STF. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

3. A ausência de impugnação a fundamento bastante do acórdão local, qual seja, a desconsideração da personalidade jurídica com fundamento no artigo 28 do Código de Defesa do Consumidor, atrai as disposições do verbete n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

[...]

5. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 687.293/SP, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 23/10/2018 - grifou-se)

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO APELO EXTREMO PARA MAJORAR O QUANTUM INDENIZATÓRIO E FIXAR A VERBA HONORÁRIA COM BASE NO VALOR DA CONDENAÇÃO. INSURGÊNCIA RECURSAL DAS AUTORAS.

[...]

2. A existência de fundamento inatacado no julgado, suficiente para manter o decisum, atrai o óbice da Súmula 283 do STF, aplicável por analogia.

[...]

4. Agravo interno desprovido."

(AgInt no REsp 1506388/ES, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 04/10/2018, DJe 11/10/2018 - grifou-se)

Finalmente, pela alínea "c" do permissivo constitucional, o apelo nobre tampouco merece acolhida, uma vez que não há similitude fático-jurídica entre os acórdãos em comparação, o que inviabiliza a demonstração da pretendida divergência pretoriana.

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator